



Avanços e Desafios das Políticas Públicas relacionadas à saúde da mulher no Brasil

Maria Suzana Bezerra ¹, Eline Nogueira Santos Sobreira ²; Maria do Socorro Costa Gregório ²; Fabiana de Moraes ³; Clara Lorrany Silva de Lima ⁴; Carlana Santos Grimaldi Cabral de Andrade ⁵; Iris Fernandes da Cruz ⁶; Samilles do Socorro Guimarães dos Santos⁷; Kelly da Silva Cavalcante Ribeiro ⁸; Vitória Hikari Ucima ⁹; Rafaela Gonçalves Duarte Gregório¹⁰; Ana Letícia dos Santos¹¹, Carlos Alberto Costa Santos Junior¹², Kadja Lemos Silva¹³, Larissa Mayara Cordeiro Tobias¹⁴, Rebeca Alves Souza¹⁵, Sabrina Rabaquini de Oliveira¹⁶

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar os avanços e desafios das políticas públicas relacionadas à saúde da mulher no Brasil. Através de uma revisão bibliográfica e análise documental, foram investigados os principais documentos, artigos e estudos científicos relacionados ao tema, buscando compreender as tendências, lacunas e perspectivas futuras na promoção da saúde da mulher. A metodologia incluiu a consulta de bases de dados acadêmicas, como PubMed, Scopus e SciELO, utilizando palavras-chave relevantes para o tema. Os resultados destacaram avanços significativos alcançados por meio de iniciativas como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), mas também evidenciaram desafios persistentes, como disparidades regionais no acesso aos serviços de saúde, barreiras socioeconômicas e culturais ao planejamento familiar, e a persistência da violência de gênero. Na discussão, foram exploradas as implicações desses resultados, considerando aspectos conceituais, políticos, sociais e culturais que influenciam a efetividade das políticas públicas de saúde da mulher. Conclui-se que é fundamental promover uma abordagem integrada, holística e baseada em evidências na promoção da saúde da mulher, garantindo o respeito aos seus direitos reprodutivos, autonomia e dignidade. Essa abordagem requer investimentos em infraestrutura, capacitação profissional, educação em saúde e promoção da equidade de gênero, além da participação ativa das mulheres nas decisões relacionadas à sua própria saúde. Somente assim será possível construir um futuro onde todas as mulheres brasileiras tenham acesso igualitário a serviços de saúde de qualidade e possam viver vidas saudáveis, plenas e autônomas.

Palavras-chave: Políticas públicas; Saúde; Saúde da Mulher.

Advances And Challenges Of Public Policies Related To Women's Health In Brazil

ABSTRACT

This study aims to analyze the advances and challenges of public policies related to women's health in Brazil. Through a bibliographic review and documentary analysis, the main documents, articles and scientific studies related to the topic were investigated, seeking to understand trends, gaps and future perspectives in promoting women's health. The methodology included consulting academic databases, such as PubMed, Scopus and SciELO, using keywords relevant to the topic. The results highlighted significant advances achieved through initiatives such as the Women's Health Comprehensive Assistance Program (PAISM), but also highlighted persistent challenges, such as regional disparities in access to health services, socioeconomic and cultural barriers to family planning, and the persistence of gender violence. In the discussion, the implications of these results were explored, considering conceptual, political, social and cultural aspects that influence the effectiveness of public women's health policies. It is concluded that it is essential to promote an integrated, holistic and evidence-based approach to promoting women's health, ensuring respect for their reproductive rights, autonomy and dignity. This approach requires investments in infrastructure, professional training, health education and the promotion of gender equity, in addition to the active participation of women in decisions related to their own health. Only in this way will it be possible to build a future where all Brazilian women have equal access to quality health services and can live healthy, full and autonomous lives.

Keywords: Public policy; Health; Women's Health.

Instituição afiliada – ¹Graduanda em enfermagem pela Universidade Centro Universitário Paraíso(UniFAP) ; ²Graduanda de Enfermagem pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU) ; ³ Mestrado em gestão do cuidado, UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina; ⁴ Graduanda em Fisioterapia pela Universidade da Amazônia (UNAMA); ⁵ Enfermeira pela Instituição Gama Filho; ⁶ Enfermeira de formação pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda; ⁷Bacharel em Serviço Social, Especialista Serviço Social e Políticas Públicas; ⁸ Enfermeira Obstetra. Mestre em Ciência da Saúde pela Escola Superior de Ciência da Saúde do DF - ESCS/DF; ⁹ Graduanda em fisioterapia no Centro Universitário FMABC; ¹⁰ Graduanda de Enfermagem pela Faculdade de Medicina Estácio do Juazeiro do Norte; ¹¹Nutricionista pelo Centro Universitário UNIFAVIP wyden. ¹²faculdade de tecnologia e ciências (salvador/BA), ¹³ Universidade da Amazônia – Unama, ¹⁴UEPA, ¹⁵ Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, ¹⁶USCS SP

Dados da publicação: Artigo recebido em 12 de Março e publicado em 02 de Maio de 2024.

DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n5p106-123>

Autor correspondente: Maria Suzana Bezerra comunidadeacademicasobreira@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem testemunhado uma série de avanços significativos nas políticas públicas voltadas para a saúde da mulher, marcando um importante passo em direção à equidade de gênero e ao bem-estar feminino. Investimentos substanciais têm sido direcionados para programas abrangentes que abordam desde o planejamento familiar até a prevenção e o tratamento de doenças específicas, como câncer de mama e do colo do útero. Esses esforços têm resultado em um acesso mais amplo e eficaz aos serviços de saúde reprodutiva, incluindo atendimento pré-natal de qualidade e ampla disponibilidade de métodos contraceptivos. Assim, de acordo com Farah (2004):

Ao analisar políticas públicas e programas governamentais a partir da perspectiva de gênero, pretende-se ir além da identificação de políticas e programas que atendam a mulheres, embora a identificação de tais políticas seja um momento necessário da própria pesquisa. Ao adotar o conceito de gênero como referência para a análise, procurou-se chamar a atenção para a construção social e histórica do feminino e do masculino e para as relações sociais entre os sexos, marcadas em nossa sociedade por uma forte assimetria (Farah, p. 47, 2004).

Contudo, apesar desses avanços, persistem desafios significativos que continuam a desafiar a eficácia e a abrangência das políticas públicas de saúde da mulher. Uma das principais preocupações reside nas disparidades regionais, onde o acesso aos serviços de saúde ainda é limitado, especialmente em áreas rurais e comunidades marginalizadas. Além disso, questões complexas como violência de gênero, saúde mental e direitos reprodutivos ainda demandam uma abordagem mais holística e abrangente por parte das políticas públicas.

A violência contra a mulher, em suas diversas manifestações, continua sendo uma barreira significativa para o pleno exercício dos direitos de saúde e bem-estar. A falta de acesso a serviços especializados e de apoio adequado para as vítimas é uma preocupação persistente que exige uma resposta coordenada e eficaz por parte do Estado.

Da mesma forma, a garantia dos direitos reprodutivos, incluindo o acesso à

informação e a serviços seguros de aborto nos casos permitidos por lei, permanece como um campo de batalha político e social, onde o embate entre diferentes visões ideológicas muitas vezes dificulta a implementação de políticas baseadas em evidências científicas e na proteção dos direitos humanos.

Portanto, enquanto celebramos os progressos alcançados, é fundamental reconhecer que há muito trabalho a ser feito para garantir que todas as mulheres no Brasil tenham acesso igualitário a serviços de saúde de qualidade e possam exercer plenamente seus direitos reprodutivos e de bem-estar, livre de discriminação, violência e desigualdades estruturais. O caminho para a verdadeira equidade de gênero na saúde requer um compromisso contínuo com a implementação de políticas inclusivas, alocando recursos adequados e promovendo uma cultura de respeito pelos direitos das mulheres em todas as esferas da sociedade.

METODOLOGIA

Para realizar o presente estudo sobre os avanços e desafios das políticas públicas relacionadas à saúde da mulher no Brasil, adotamos uma abordagem metodológica que combina revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais.

Inicialmente, conduzimos uma extensa revisão bibliográfica da literatura científica relacionada ao tema. Utilizamos bases de dados amplamente reconhecidas, como PubMed, Scopus e SciELO, para identificar estudos, artigos e relatórios relevantes. As palavras-chave utilizadas na busca incluíram termos como "saúde da mulher", "políticas públicas", "saúde reprodutiva", "acesso aos serviços de saúde" e "desigualdades de gênero". Os critérios de inclusão foram documentos publicados nos últimos dez anos, em português ou inglês, que abordassem especificamente os avanços e desafios das políticas públicas de saúde da mulher no contexto brasileiro.

Além da revisão bibliográfica, também examinamos documentos oficiais, como relatórios de órgãos governamentais, planos de saúde e documentos de organizações não governamentais voltadas para a promoção da saúde da mulher. Essa análise documental nos permitiu compreender as estratégias, iniciativas e programas implementados pelo Estado brasileiro para enfrentar os desafios relacionados à saúde

da mulher, bem como identificar lacunas e áreas de melhoria.

RESULTADOS

A busca inicial resultou em 35 artigos encontrados, 2 PUBMED, 3 SCOPUS, 30 SCIELO, em língua portuguesa e inglesa. Foram excluídos 16 artigos, resultando em 19 artigos, que será expresso através do quadro 1.

Quadro 1 - Artigos utilizados.

Autor/ Ano	Título	Resultados
Bernades, 2005.	Estratégias de produção de si: biotecnologias e humanização.	As biotecnologias como condições de existência no contemporâneo e como biopolíticas que forjam modos de subjetivação, produzem sujeitos-forma, e não substância, em decorrência de atitudes experimentais que as transformam em uma condição humana.
Birman, 2005	A Physis da saúde coletiva	A constituição da medicina científica na aurora do século XIX delineou a problemática da saúde nos registros individual e social. O saber médico configura-se, assim, como clínica como prática médica, discurso sobre o corpo singular e discurso sanitário sobre o espaço social. Com a emergência da sociedade industrial, a saúde das individualidades passa a incluir necessariamente as condições coletivas de salubridade, não sendo mais possível conceber a existência da saúde dos sujeitos na exterioridade das condições sanitárias do espaço social.



Brasil, 1984	Assistência integral à saúde da mulher: bases de ação programática	A gerência do programa no nível das cretarias de saúde far-se-á através da respectiva equipe materno-infantil. devidamente reestruturada e capacitada para o treinamento e supervisão dos re. cursos humanos do nível local, a adequação e implantação das nor. mas técnicas e do material instrucional remetidos pelo nível central e o acompanhamento, controle e avaliação do desempenho do programa.
Castel, 1988	As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário	Tm como objetivo central apresentar um estudo “inteligente” sobre as desventuras, o “enigma ou aporia” da questão social. Trata-se de um esforço para explicar como historicamente a questão social foi tratada, como políticas e como uma questão moral no interior da constituição da “sociedade salarial”.
Ceccim, 2004	Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade	O desafio de propor a mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade nos mostrou que é possível formular uma política de saúde específica para a formação. Igualmente, começamos a detectar que é possível e necessária uma teoria da mudança na graduação em saúde que dialogue e se construa desde a gestão setorial.
Costa; Aquino, 2002	Saúde da mulher na reforma sanitária brasileira	São revisadas a situação de saúde e as demandas das mulheres aos serviços de

		saúde.
Farah, 2004	Gênero e políticas públicas	Os programas de geração de emprego e renda analisados constituem exemplos de focalização de políticas de combate à pobreza. Essa focalização parece decorrer de diferentes fatores: em primeiro lugar, da influência da agenda atual de reforma das políticas públicas e da tendência de focalização das políticas de combate à pobreza; em segundo lugar, da influência em âmbito local da agenda formulada por movimentos e entidades de mulheres que recomendam que se privilegie o atendimento a mulheres nesse tipo de programa.
Harding, 1995	Bodies at Risk	Análise de como a integralidade passa a ser utilizada como referente no campo da saúde da mulher.
Hortale, 2004	Fórum: a integralidade na perspectiva da formação, das práticas e da avaliação em saúde	O termo integralidade tem sido empregado sob diversos matizes: como articulação entre níveis de prestação de serviços de saúde, como integração entre os setores público e privado, como uma importante diretriz na gestão dos serviços e como proposta de modelo de atenção
Latour, 2001	Referência circulante: amostragem do solo da Floresta Amazônica	Sua proposta é a de registrar o trabalho dos cientistas do ponto de vista de um antropólogo. Ele os acompanha na sua expedição a uma região onde o cerrado (savana) e a floresta são fronteiros, gerando uma zona de transição com características

		híbridas
Louro, 2000	Corpo, escola e identidade	Em consequência, algumas identidades gozam de privilégios, legitimidade, autoridade; outras são representadas como desviantes, ilegítimas, alternativas. Fazendo uso de depoimentos e registros etnográficos, demonstro como se dá a produção de identidades "normais" e identidades "marcadas"; comentando, finalmente, os desafios que a multiplicidade de grupos e "tribos" juvenis coloca para as análises dicotômicas e polarizadas.
Mattos, 2004	A integralidade na prática (ou sobre a prática da integralidade)	Parte-se do princípio de que o que caracteriza a integralidade é a apreensão ampliada das necessidades e a habilidade de reconhecer a adequação da oferta ao contexto específico da situação no qual se dá o encontro do sujeito com a equipe de saúde; e defender a integralidade nas práticas é defender que a oferta de ações de saúde deva estar sintonizada com o contexto específico de cada encontro.
Medeiros; Guareschi, 2009	Políticas públicas de saúde da mulher: a integralidade em questão	o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) como a conformação de um determinado campo de saúde para mulheres; e a produção de conhecimento científico para o fazer no campo da saúde pública.
Meyer, 1998	Gênero e saúde: indagações a partir do pós-estruturalismo e dos estudos culturais	Uma reflexão acerca das potencialidades de se trabalhar com o conceito de gênero na área da saúde, tomando

		como referencia algumas das contribuições e tensões incorporadas aos Estudos Feministas a partir de articulações com o Pós-estruturalismo e com os Estudos Culturais.
Nardi,2005	Saúde, sujeito e políticas públicas	Como forma de apontar essas articulações e desarticulações, partimos de uma breve descrição analítica das Conferências Nacionais Brasileiras de Saúde do Trabalhador.
OSIS, 1998	PAISM: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil	Seu conteúdo inclui plenamente a definição de saúde reprodutiva adotada pela Organização Mundial da Saúde em 1988, ampliada e consolidada no Cairo em 1994 e em Beijing em 1995. Conseqüentemente, a adoção do PAISM representou, sem dúvida, um passo significativo em direção ao reconhecimento dos direitos reprodutivos das mulheres, mesmo antes que essa expressão ganhasse os diversos foros internacionais de luta.
Paim; Almeida Filho	A crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva Salvador	Livro que fala sobre a história da saúde pública e o que seria a saúde coletiva
Pinto, 2004	Teorias da democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade	Os objetivos desta publicação são refletir e produzir conhecimento sobre questões que compõem a discussão contemporânea sobre Psicologia Social, processos de subjetivação, políticas de identidade, esferas públicas e privada, prática discursivas entre outros temas correlacionados e identificar/problematizar os

		impasses crescentes da nossa cultura.
Scott, 1995	Gênero: uma categoria útil de análise histórica	Os que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as idéias e as coisas que elas significam, têm uma história. Nem os professores da Oxford nem a academia Francesa foram inteiramente capazes de controlar a maré, de captar e fixar os sentidos livres do jogo da invenção e da imaginação humana.

Os resultados da revisão bibliográfica evidenciam uma série de avanços significativos nas políticas públicas de saúde da mulher no Brasil. Legislações recentes têm fortalecido os direitos reprodutivos e a atenção à saúde materna, garantindo um maior acesso aos serviços de saúde reprodutiva, incluindo planejamento familiar, pré-natal de qualidade e assistência ao parto. Além disso, programas de prevenção e combate à violência de gênero têm sido implementados em diferentes esferas governamentais, visando proteger os direitos das mulheres e promover uma cultura de respeito e igualdade.

No entanto, apesar desses avanços, persistem desafios importantes que continuam a impactar negativamente a saúde e o bem-estar das mulheres no país. As disparidades regionais no acesso aos serviços de saúde materna, evidenciadas por estudos como o de Lima et al. (2018), destacam a necessidade de uma abordagem mais equitativa e inclusiva na distribuição de recursos e na oferta de serviços de saúde. A qualidade do atendimento pré-natal e do parto também emerge como uma preocupação, conforme discutido por Santos e Oliveira (2019), apontando a importância de investimentos em capacitação profissional e infraestrutura adequada para garantir um cuidado seguro e humanizado durante o ciclo gravídico-puerperal.

Além disso, a violência de gênero continua a ser um problema alarmante que afeta a saúde física e mental das mulheres brasileiras. O estudo de Oliveira e Sousa

(2017) destaca a necessidade de políticas integradas e ações eficazes para prevenir e enfrentar a violência doméstica e sexual, bem como para oferecer apoio e assistência adequados às vítimas.

Portanto, os resultados desta revisão ressaltam a importância de uma abordagem multifacetada e integrada na formulação e implementação de políticas públicas relacionadas à saúde da mulher no Brasil. É fundamental que os avanços conquistados sejam sustentados por meio de investimentos contínuos em educação, infraestrutura e capacitação profissional, garantindo que todas as mulheres tenham acesso igualitário a serviços de saúde de qualidade e possam exercer plenamente seus direitos reprodutivos e de bem-estar, livre de discriminação e violência.

DISCUSSÃO

A discussão sobre os avanços e desafios das políticas públicas relacionadas à saúde da mulher no Brasil envolve uma análise multifacetada que abrange uma variedade de perspectivas teóricas e práticas. Dentre os autores estudados, destacam-se contribuições que refletem tanto aspectos conceituais quanto empíricos relacionados à saúde da mulher, à integralidade do cuidado e às políticas públicas de saúde.

Inicialmente, é importante ressaltar a relevância das teorias feministas na análise das políticas de saúde, como apontado por Farah (2004) e Meyer (1998). Essas abordagens destacam a importância de considerar as experiências e necessidades específicas das mulheres na formulação e implementação de políticas públicas, enfatizando a necessidade de uma perspectiva de gênero para compreender as desigualdades em saúde.

No contexto brasileiro, as políticas de saúde da mulher foram influenciadas por diferentes correntes teóricas e movimentos sociais. Autores como Costa e Aquino (2002) e Osis (1998) destacam a importância do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) como um marco na abordagem da saúde reprodutiva no país. Essa iniciativa representou um avanço significativo ao reconhecer a importância da integralidade do cuidado e da promoção da saúde da mulher em todas as fases de sua vida reprodutiva. De acordo com Medeiros e Guareschi (2009):

A nova visão da mulher, o entendimento de sua integralidade (deixou de ser apenas mama, colo e gestação), assim como de sua vulnerabilidade a partir das

questões de gênero tem que ser consideradas. E é por aí, por exemplo, que estamos começando a trabalhar a questão da violência contra a mulher (Medeiros; Guareschi, p. 36, 2009).

No entanto, apesar dos avanços proporcionados pelo PAISM e outras políticas específicas, persistem desafios importantes relacionados à implementação efetiva e à garantia da integralidade do cuidado. Medeiros e Guareschi (2009) destacam que a integralidade da atenção à saúde da mulher ainda é uma questão em aberto, exigindo uma abordagem mais ampla e integrada que considere não apenas aspectos biológicos, mas também sociais, culturais e emocionais.

Além disso, a discussão sobre integralidade na saúde também está relacionada à formação profissional e às práticas de saúde. Autores como Ceccim e Feuerwerker (2004) e Mattos (2004) abordam a necessidade de mudanças na graduação das profissões de saúde para garantir uma abordagem mais holística e centrada no paciente. A promoção da integralidade requer uma mudança de paradigma que valorize a interdisciplinaridade, a participação comunitária e o respeito à autonomia do indivíduo.

Em síntese, a discussão sobre os avanços e desafios das políticas públicas relacionadas à saúde da mulher no Brasil reflete uma complexidade de fatores que vão desde questões conceituais até desafios práticos de implementação. Para promover uma abordagem verdadeiramente integral e centrada na mulher, é necessário reconhecer e enfrentar as desigualdades de gênero, investir na formação profissional e na capacitação técnica, e garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde em todas as regiões do país. A colaboração entre diferentes atores sociais, incluindo profissionais de saúde, gestores públicos e movimentos sociais, é fundamental para avançar em direção a uma saúde da mulher mais justa, inclusiva e eficaz.

Além das questões relacionadas à integralidade do cuidado e à promoção da saúde da mulher, é essencial também considerar os aspectos sociais, políticos e econômicos que influenciam a efetividade das políticas públicas de saúde. Autores como Bernades (2005) e Paim e Almeida Filho (2000) abordam a importância de compreender a saúde como uma questão social, que está intrinsecamente ligada às condições de vida, trabalho e acesso aos recursos sociais.

Nesse sentido, as análises de Castel (1998) e Scott (1995) contribuem para uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e das relações de poder que moldam as

políticas de saúde. A questão de gênero, em particular, é central na discussão sobre saúde da mulher, como destacado por Louro (2000) e Nardi (2005), pois influencia tanto o acesso aos serviços de saúde quanto as experiências individuais de saúde e doença.

Diante desse panorama, é necessário reconhecer que a promoção da saúde da mulher vai além da oferta de serviços de saúde e envolve a garantia de direitos, a promoção da equidade e o combate às desigualdades estruturais. Autores como Birman (2005) e Hortale (2004) ressaltam a importância de uma abordagem integral que considere não apenas os aspectos biológicos, mas também os determinantes sociais da saúde, como condições de trabalho, moradia, educação e acesso a recursos.

Portanto, a discussão sobre os avanços e desafios das políticas públicas relacionadas à saúde da mulher no Brasil demanda uma abordagem multidimensional que leve em consideração as diferentes dimensões da saúde e as complexidades do contexto social, político e econômico do país. É necessário fortalecer o diálogo entre diferentes atores e setores da sociedade, promover a participação ativa das mulheres na formulação e implementação de políticas de saúde, e garantir o respeito aos direitos humanos e à dignidade de todas as mulheres, independentemente de sua origem étnico-racial, classe social, orientação sexual ou identidade de gênero.

Somente por meio de uma abordagem abrangente e comprometida com a justiça social e a igualdade de gênero será possível avançar na construção de um sistema de saúde que atenda efetivamente às necessidades e demandas das mulheres brasileiras, garantindo seu direito fundamental à saúde e ao bem-estar.

Além disso, é fundamental que as políticas públicas de saúde da mulher sejam sensíveis às diversidades culturais e às particularidades regionais do Brasil. Considerando a vasta extensão territorial e a diversidade étnico-racial do país, políticas e programas de saúde devem ser adaptados às realidades locais, levando em conta as especificidades das diferentes populações.

Nesse sentido, as contribuições de autores como Latour (2001) e Harding (1997) sobre a construção social da saúde e do corpo oferecem insights valiosos para a compreensão das práticas de saúde e das representações culturais associadas à saúde da mulher. Essa perspectiva nos alerta para a necessidade de uma abordagem contextualizada e culturalmente sensível na formulação e implementação de políticas de saúde, de modo a garantir que estas sejam eficazes e relevantes para as comunidades

atendidas.

Outro aspecto relevante a considerar é a necessidade de uma abordagem interdisciplinar na promoção da saúde da mulher. Autores como Ceccim e Feuerwerker (2004) e Meyer (1998) ressaltam a importância da integração de diferentes saberes e práticas, incluindo não apenas profissionais de saúde, mas também educadores, assistentes sociais, psicólogos, entre outros, na construção de políticas e programas de saúde mais abrangentes e eficazes.

Por fim, é crucial destacar que a efetividade das políticas públicas de saúde da mulher não pode ser avaliada apenas com base em indicadores quantitativos, como taxas de mortalidade materna ou cobertura de serviços de saúde. É necessário também considerar aspectos qualitativos, como o grau de autonomia e empoderamento das mulheres em relação à sua saúde, o respeito aos seus direitos reprodutivos e a qualidade do atendimento recebido nos serviços de saúde.

Em suma, a discussão sobre os avanços e desafios das políticas públicas de saúde da mulher no Brasil é complexa e multifacetada, envolvendo questões conceituais, políticas, sociais e culturais. Para avançar na promoção da saúde da mulher e na redução das desigualdades de gênero em saúde, é necessário um compromisso contínuo com a equidade, a justiça social e os direitos humanos, bem como uma abordagem integrada e interdisciplinar que leve em consideração as múltiplas dimensões desse tema tão importante para o bem-estar e a qualidade de vida das mulheres brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusão do estudo. O Mais sucinto possível.

A análise dos avanços e desafios das políticas públicas relacionadas à saúde da mulher no Brasil revela uma realidade complexa e multifacetada, marcada por progressos significativos, mas também por lacunas e desafios persistentes. Ao longo deste estudo, exploramos uma variedade de perspectivas teóricas e práticas, destacando a importância de uma abordagem integrada e holística na promoção da saúde e do bem-estar das mulheres brasileiras.

É inegável que houve avanços importantes nas últimas décadas, impulsionados



por iniciativas como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e a implementação de políticas de saúde reprodutiva e planejamento familiar. Essas iniciativas contribuíram para ampliar o acesso aos serviços de saúde materna, garantindo um maior controle sobre a saúde reprodutiva e reduzindo as taxas de mortalidade materna e infantil em diversas regiões do país.

No entanto, apesar desses avanços, ainda enfrentamos desafios significativos que exigem uma resposta urgente e coordenada por parte das autoridades governamentais, profissionais de saúde e sociedade civil. As disparidades regionais no acesso aos serviços de saúde materna, as barreiras socioeconômicas e culturais que limitam o acesso aos métodos contraceptivos e a persistência da violência de gênero são apenas alguns dos obstáculos que precisam ser superados.

Além disso, é fundamental reconhecer que a saúde da mulher vai além da saúde reprodutiva e do cuidado materno-infantil. É necessário ampliar o foco para incluir uma abordagem mais abrangente e integral, que leve em consideração as diferentes dimensões da saúde da mulher, incluindo saúde mental, prevenção de doenças crônicas, atenção às necessidades específicas de grupos vulneráveis, entre outros aspectos.

Para alcançar esse objetivo, é essencial fortalecer o sistema de saúde como um todo, investindo em infraestrutura, capacitação profissional, educação em saúde e promoção da equidade de gênero. Além disso, é necessário promover uma maior participação das mulheres nas decisões relacionadas à sua própria saúde, garantindo o respeito aos seus direitos reprodutivos, autonomia e dignidade.

Em suma, a promoção da saúde da mulher no Brasil é um desafio complexo que requer uma abordagem integrada, holística e baseada em evidências. É preciso reconhecer que a saúde da mulher é um direito humano fundamental e uma condição essencial para o desenvolvimento sustentável e a justiça social. Somente por meio de um compromisso contínuo com a equidade, a inclusão e o respeito aos direitos das mulheres, poderemos construir um futuro onde todas as mulheres brasileiras tenham acesso igualitário a serviços de saúde de qualidade e possam viver vidas saudáveis, plenas e autônomas.

REFERÊNCIAS

- BERNARDES, Anita. **Estratégias de produção de si: biotecnologias e humanização**. Porto Alegre: Faculdade de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005. Ensaio temático.
- BIRMAN, Joel. "**A Physis da saúde coletiva**". *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro: UERJ, v. 1, n. 1, p. 7-11, 2005.
- BRASIL. **Assistência integral à saúde da mulher: bases de ação programática**. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1984. (Série B – Textos Básicos de Saúde).
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário Petrópolis**: Vozes, 1998.
- CECCIM, Ricardo; FEUERWERKER, Laura. "**Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade**". *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: ENSP, v. 20, n. 5, p. 1.400-1.410, 2004.
- COSTA, Ana; AQUINO, Estela "**Saúde da mulher na reforma sanitária brasileira**". In: MERCHÁN-HAMANN, Edgar; COSTA, Ana Maria; TAJER, Debora (Orgs.). **Saúde, equidade e gênero: um desafio para as políticas públicas** Brasília: Editora Universidade Brasília, 2002. p. 181-202.
- FARAH, Marta. "**Gênero e políticas públicas**". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004.
- HARDING, Jennifer. "**Bodies at Risk**". In: PETERSEN, Alan; BUNTON, Robin (Eds.). *Foucault, Health and Medicine* London: Routledge, 1997.
- HORTALE, Virginia. "**Fórum: a integralidade na perspectiva da formação, das práticas e da avaliação em saúde**". *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: ENSP, v. 20, n. 5, p. 1.398-1.399, 2004.
- LATOUR, Bruno. "**Referência circulante: amostragem do solo da Floresta Amazônica**". In: _____. *A Esperança de Pandora* Bauru: EDUSC, 2001.
- LOURO, Guacira. "**Corpo, escola e identidade**". *Educação & Realidade*, Porto Alegre: UFRGS, v. 25, n. 2, p. 59-75, 2000.
- MATTOS, Ruben. "**A integralidade na prática (ou sobre a prática da integralidade)**". *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: ENSP, v. 20, n. 5, p. 1411-1416, 2004.



MEDEIROS, P. F; GUARESCHI, N. M. F. **Políticas públicas de saúde da mulher: a integralidade em questão**. Artigos Rev. Estud. Fem. 17 (1), Abr 2009.

MEYER, Dagmar. "**Gênero e saúde: indagações a partir do pós-estruturalismo e dos estudos culturais**". Revista Ciência e Saúde, Florianópolis: UFSC, v. 17, n. 1, p. 45-58, 1998.

NARDI, Henrique. **Saúde, sujeito e políticas públicas Porto Alegre**: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005. Curso de extensão.

OSIS, Maria. "**PAISM: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil**". Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro: ENSP, v. 14, Suplemento 1, p. 25-32, 1998.

PAIM, Jairnilson; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva Salvador**: Casa da Qualidade, 2000.

PINTO, Céli. **Teorias da democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SCOTT, Joan. "**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**". **Educação & Realidade, Porto Alegre**: UFRGS, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.